

PROJETOS DE HABITAÇÃO REALIZADOS ENTRE 1915 E 1935, CAMPO GRANDE (MS)

HOUSING PROJECTS, BETWEEN 1915 AND 1935, CAMPO GRANDE (MS)

Felipe Anitelli¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9821-5912>

 <http://lattes.cnpq.br/4756532167393423>

Recebido em: 28 de fevereiro de 2025.

1ª revisão: 17 de junho de 2025.

Revisão final: 11 de outubro de 2025.

Aprovado em: 11 de outubro de 2025.

 <https://doi.org/10.46401/arec.2025.v17.22925>

1 Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pós-doutorado pela FAU-USP, doutorado pelo IAU-USP, mestrado pela EESC-USP. Entre 2015 e 2007, foi pesquisador do NOMADS.USP - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto. E-mail: felipe.anitelli@ufms.br

Resumo: O objetivo principal deste artigo é estudar exemplares de habitação construídos em Campo Grande (MS) entre 1915 e 1935, a partir de duas categorias analíticas: os arranjos espaciais domésticos e os elementos plásticos da fachada. Os projetos arquitetônicos estudados foram consultados no arquivo do ARCA. Foram realizadas 14 visitas técnicas entre julho e dezembro de 2024, que viabilizaram a identificação, a organização, a análise, o registro (fotográfico) e a coleta (dados e imagens) de 180 habitações.

Palavras-chave: história de Campo Grande (MS), história da habitação, arquitetura brasileira.

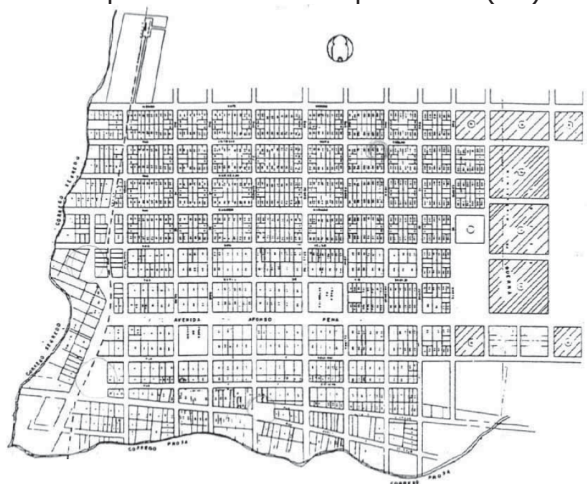
Abstract: The main objective of this article is to study examples of housing built in Campo Grande (MS) between 1915 and 1935, based on two analytical categories: domestic spatial arrangements and plastic elements of the façade. The architectural projects studied were consulted in the ARCA archive. Fourteen technical visits were carried out between July and December 2024, which enabled the identification, organization, analysis, registration (photographic) and collection (data and images) of 180 housing units.

Keywords: history of Campo Grande (MS), history of housing, Brazilian architecture.

O objetivo principal deste artigo é estudar exemplares de habitação construídos em Campo Grande (MS) entre 1915 e 1935, a partir de duas categorias analíticas: os arranjos espaciais domésticos e os elementos plásticos da fachada². Entre os projetos da amostra, há diversos casos de uso misto, habitação e comércio, por exemplo. No entanto, construções que contêm apenas comércio não foram consideradas. Além de casas térreas destinadas a uma única família, também foram encontradas edificações que abrigam diversas famílias na mesma propriedade, configurando, nesses casos, habitação coletiva³.

Foram considerados todos os projetos habitacionais aprovados pela prefeitura no período e disponíveis no arquivo público consultado (ver tópico seguinte). É preciso ressaltar que a área urbana nessa época correspondia quase à atual região central. Um antigo mapa de 1920 (**Figura 1**) pontua os limites da cidade: avenida Mato Grosso ao norte⁴, avenida Fernando Correa da Costa [córrego Prosa] ao sul⁵, córrego Segredo à oeste, proximidades da atual rua Rio Grande do Sul à leste.

Figura 1: Mapa da cidade de Campo Grande (MS) em 1920.



Fonte: WEINGARTNER-2008.

2 Não se trata de estudar o partido arquitetônico ou as composições volumétricas, mas os elementos quase sempre decorativos apostos nas fachadas.

3 Habitação unifamiliar e multifamiliar, na nomenclatura que anos adiante adotaria o Código de Obras de 1979.

4 Em um mapa de 1909, não há nada ao norte da atual rua Dom Aquino.

5 Em um mapa de 1909, não há nada ao sul da avenida Afonso Pena.

Não foram encontrados estudos acadêmicos com os recortes (cronológico, geográfico e temático) estabelecidos neste artigo. Isso valoriza o trabalho realizado aqui, em especial a consulta de fontes primárias e a utilização de documentos da época. Diversas peças gráficas, inclusive, são apresentadas aqui de forma inédita.

Estudar as qualidades arquitetônicas de projetos habitacionais é compreender melhor os espaços de morar e os correspondentes modos de vida de grandes parcelas populacionais residentes na cidade na primeira metade do século XX. Analisar esses exemplares, portanto, é uma forma de valorizar a cultura material de Campo Grande e a própria história da cidade, mapeando, inclusive, materialidades domésticas recorrentes no processo de ocupação territorial da região Centro-Oeste. Resgatar aspectos desses assentamentos urbanos é uma forma de criar consciência crítica sobre o desenvolvimento do meio ambiente construído. Ao longo do tempo, as constantes demolições e reconstruções, o apagamento da história, a atuação desregulada do mercado imobiliário formal e o desinteresse das autoridades públicas competentes em preservar o patrimônio edificado reduzem de forma brutal a capacidade da população em reconhecer essa cidade pretérita. Reduzem, por consequência, a capacidade da pessoa se reconhecer como parte desse lugar. O presente artigo propõe-se a resgatar essa história.

Notas sobre o material estudado: arquivo, desenhos e informações

Os projetos arquitetônicos estudados foram consultados no arquivo do ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande (MS). Foram realizadas 14 visitas técnicas entre julho e dezembro de 2024, que viabilizaram a identificação, a organização, a análise, o registro (fotográfico) e a coleta (dados e imagens) de 180 habitações⁶ de tipologias variadas, que somam 1.649 imagens, todas organizadas em pastas digitais. Essas peças gráficas são a totalidade de projetos do gênero aprovados entre 1915 e 1935 na cidade e que estão disponíveis para consulta nesse acervo.

À época não havia uma padronização gráfica exigida pelos órgãos públicos responsáveis, o que resulta em cortes, elevações, implantação, detalhes, etc., nem

⁶ Isso não significa que apenas 180 habitações foram construídas na cidade ao longo das duas décadas estudadas, pois é possível que parte desse material tenha se perdido ao longo do tempo.

sempre com desenho ou escala padrão⁷. A planta, no entanto, é um documento constante, o que facilita a proposta de estudar os arranjos espaciais domésticos. Também há poucas informações textuais nas pranchas (não consta memorial descritivo de materiais e técnicas, como é exigência em projetos aprovados nos dias de hoje, tampouco há memorial justificativo de projeto), o que dificulta a identificação dos materiais e técnicas utilizados, com a exceção dos materiais de acabamento que são desenhados na fachada, como alvenaria ou cantaria.

O carimbo da prancha nem sempre apresenta o nome dos envolvidos, sendo mais comum constar apenas o proprietário do imóvel (morador ou investidor), o construtor (muitas vezes sem formação acadêmica formal, nomeado “pedreiro” ou “empreiteiro”, por exemplo) e o desenhista. É menos frequente nomear o autor do projeto, entre engenheiros civis ou agrimensores, mas muito raramente um arquiteto. É conveniente lembrar que, no Brasil, a primeira lei federal que regulamenta a atuação desses profissionais é de 1933, quase no final do período estudado. Funcionários públicos também costumam assinar a aprovação do projeto, entre engenheiros ou médicos, por vezes, o próprio prefeito.

Como a história social desses empreendimentos imobiliários não está contemplada nos objetivos deste trabalho, a biografia e as relações pessoais desses agentes não serão analisadas, mas reconhece-se a relevância do tema para trabalhos futuros que estudem a formação do mercado imobiliário local.

Brevíssimas notas sobre a história da arquitetura doméstica no Brasil

Não foram encontrados trabalhos acadêmicos específicos sobre a história da habitação em Campo Grande. As lacunas dessa historiografia, por conseguinte, valorizam a pesquisa documental realizada aqui e a análise de fontes primárias: os projetos arquitetônicos aprovados pela prefeitura entre 1915 e 1935. Em outros recortes geográficos ou a partir de panoramas mais abrangentes, no entanto, há décadas, muitos autores vêm consolidando um campo de estudos sobre a produção habitacional no Brasil, suas características arquitetônicas e, em específico, como é o foco aqui, os arranjos espaciais domésticos.

7 Alguns exemplares não têm todos os desenhos.

O Nomads.usp⁸, por exemplo, há quase três décadas vem desenvolvendo estudos sobre os arranjos espaciais da habitação brasileira, entre panoramas históricos e leituras contemporâneas: Queiroz (2008), Requena (2007), NOMADS. USP (2007), Pinho (2005), Tramontano (2004), Villa (2002), Tramontano (1998), entre outros. Essas análises são importantes aqui porque reconhecem as raízes de um certo modelo de planta cuja origem é europeia, consolidado na Paris do século XIX. Traços desse modelo são reconhecidos na amostra estudada, como a organização dos ambientes internos a partir de três zonas principais: social, íntima e serviço e a presença de certas instâncias de transição, como a copa, no geral localizada entre a sala de jantar e a cozinha.

Esse modelo – comumente chamado de burguês pelos autores consultados – pode ser contraposto a arranjos espaciais tradicionais, que são entrevistados na habitação citadina brasileira desde a época da colonização. A típica planta da casa colonial implantada em lotes urbanos pode ser encontrada em diferentes regiões do país, inclusive no Centro-Oeste e no atual estado de Mato Grosso do Sul até as primeiras décadas do século XX, como apontam exemplares da amostra estudada, em especial nas décadas de 1910 e 1920. Os estudos desenvolvidos por Carlos Lemos (1999, 1989, 1985, 1976) são uma referência básica destes primórdios. Por vezes, as plantas da amostra são resultado de uma conciliação das duas matrizes: burguesa francesa e colonial portuguesa.

Não foram encontradas “plantas-livres” modernas, nos termos definidos por Le Corbusier (2011 e 2004)⁹ ou parecidas com as soluções adotadas em projetos habitacionais concebidos pela República de Weimar ou pelo Construtivismo russo (Kopp, 1990). Em termos plásticos também é quase inexistente a estética modernista implementada no Brasil a partir de 1927 com Gregori Warchavchik, seja na vertente paulista ou carioca (BRUAND, 1981). As fachadas dessas residências, no geral, dialogam com o universo decorativo do Ecletismo, cujos representantes máximos são figuras como Arquimedes Memória, Ramos de Azevedo, Giacomo Palumbo, entre outros.

De forma complementar, estudos de autores como Homem (1996) e Bonduki

8 Núcleo de Estudos de Habitares Interativos, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), coordenado pelo professor Associado Dr. Marcelo Tramontano.

9 “Planta-livre”: quando os elementos estruturais da construção estão pontuados em pilares (e não mais distribuídos em paredes de alvenaria, por exemplo); nesses casos, a separação entre os ambientes da casa poderia ser feita com divisórias leves, sendo possível, inclusive, reposicionar essas paredes divisórias a partir de especificidades domésticas de cada família, sem reformas barulhentas, demoradas e custosas, ou seja, a planta seria livre para ser facilmente reconfigurada.

(1998) ajudam compreender melhor o programa de necessidades da habitação a partir do recorte de renda: a primeira autora ao analisar palacetes concebidos para elites econômicas e o segundo autor ao analisar políticas habitacionais direcionadas para faixas de rendas baixas. Entre os exemplares estudados há diferenças programáticas e arranjos distintos que são explicados, em grande medida, pelo respectivo perfil socioeconômico daqueles a quem se destinam as moradias. Para análises tipológicas é útil a consulta ao clássico livro de Vaz (2002), pois há indícios de que alguns exemplares da amostra estudada são habitações coletivas dispostas em cortiços. Essa especulação imobiliária indicaria o prenúncio de um mercado formal de provisão habitacional¹⁰.

Em uma perspectiva urbana, Reis Filho (1976) apresenta um panorama histórico da arquitetura brasileira, com foco em exemplares com programa habitacional. A principal contribuição do livro é abordar o assunto a partir das transformações do partido projetual e da relação entre a edificação projetada, a implantação da construção, a configuração do terreno e a integração da arquitetura no plano urbano. Nos projetos habitacionais de Campo Grande, notam-se progressivos melhoramentos que atendem demandas sanitárias, como recuos laterais e frontal e a elevação do pavimento térreo da cota do terreno, que resultam em novas possibilidades estéticas. Construções nomeadas como “chalés”, por exemplo, ilustram essa arquitetura não mais adoçada nas construções vizinhas ou no espaço público. O bloco construído torna-se mais complexo em termos volumétricos, o que inclui telhados com várias águas.

Panoramas e classificações sobre a arquitetura brasileira ao longo do século XX (SEGAWA, 2014), por fim, ajudam a situar particularidades ou alinhamentos dos casos aqui estudados com correntes nacionais ou internacionais. Historiadores também ajudam a problematizar o contexto político e econômico da chamada República Velha e o início da ditadura do presidente Getúlio Vargas a partir de 1930, como Fausto (2008) ou Schwarcz e Starling (2015). O início temporal deste artigo (ano 1915) coincide com a consolidação de uma Belle Époque cultural em certas metrópoles do país, cujo principal agente indutor são empresários agrícolas produtores e exportadores de café que, de forma incipiente, iniciavam a diversificação de seu capital e os investimentos em outros setores da economia, como a indústria (SILVA, 1976); o artigo avança até 1935, época do getulismo e de

¹⁰ Reitera-se que os agentes imobiliários atuantes na cidade não são estudados aqui.

muitas novidades: trabalhismo, industrialização, interiorização do país, reforma social, etc.. Esse recorte tem uma explicação programática: a partir do final dos anos 1930, as moradias começam a se configurar a partir de outras espacialidades e novos matizes estéticos, diferentes da tradição colonial luso-brasileira e da cultura eclética como, por exemplo, o neocolonial no registro hispânico (também chamado missões ou californiano), o art déco em suas diversas variações (zig-zague, aerodinâmico, etc.) e o modernismo como linguagem¹¹.

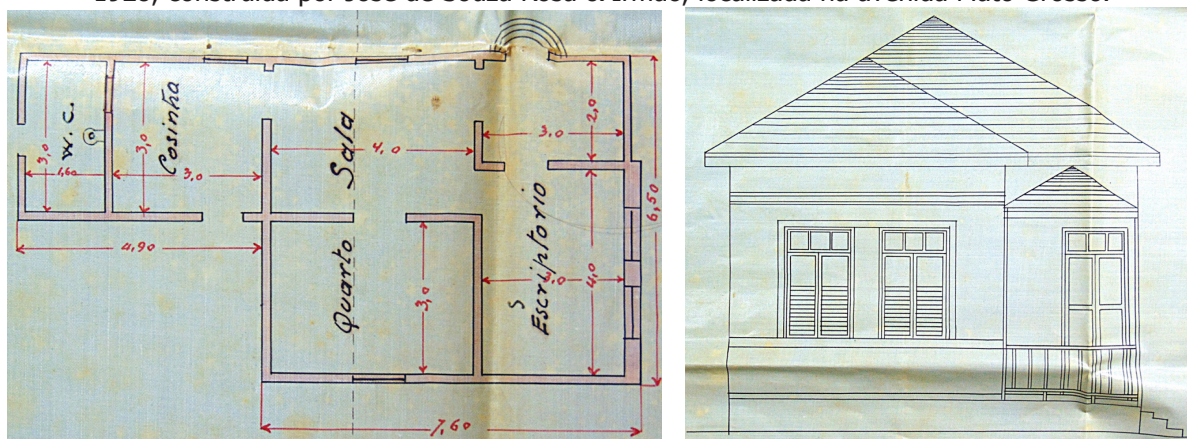
Ambientes domésticos e arranjos espaciais

A zona social é composta por ambientes de maior sociabilidade, mas nem todos os cômodos são de uso restrito da família. Por exemplo, o “escritório”, na grafia da época. Uns têm uma única entrada interna: uma porta que conecta o escritório à sala; outros têm duas portas: uma interna e outra externa. Esse acesso externo no geral localiza-se em uma varanda, disposta no recuo frontal. Esse espaço é uma instância mais pública pois, nessa configuração, o responsável deve receber, para assuntos de trabalho, pessoas estranhas à casa; ao mesmo tempo em que mantém a privacidade – e o isolamento – do restante dos membros da família no interior da residência.

Há um exemplo de escritório com porta dupla (acessos por sala e varanda) na residência de Wolfrand Pinheiro Cruz, aprovada em 1928, construída por José de Souza Rosa & Irmão, localizada na avenida Mato Grosso (**Figura 2**). Esse dispositivo sugere uma condição comum em residências urbanas desde o período colonial: trabalhar em casa (REIS FILHO, 1976). Além dos escritórios, existem 33 projetos estudados (cerca de 18% da amostra) que contemplam uso misto: comércio à frente, residência nos fundos. Um fator geográfico ajuda a explicar a sobreposição de funções: a grande maioria dos projetos localiza-se na região central, com exceção de alguns poucos (principalmente a partir dos anos 1930) que estão no bairro vizinho de Amambai. Nesse contexto histórico, o zoneamento funcional moderno (LE CORBUSIER, 1993) ainda não estava presente.

11 Em 2025 o autor continua desenvolvendo pesquisa no ARCA e estudando exemplares de habitação construídos em Campo Grande nas décadas de 1940 e 1950. Os projetos identificados e analisados de forma preliminar confirmam as considerações feitas no parágrafo acima.

Figura 2 - Planta e elevação frontal de residência de propriedade de Wolfrand Pinheiro Cruz, aprovada em 1928, construída por José de Souza Rosa & Irmão, localizada na avenida Mato Grosso.



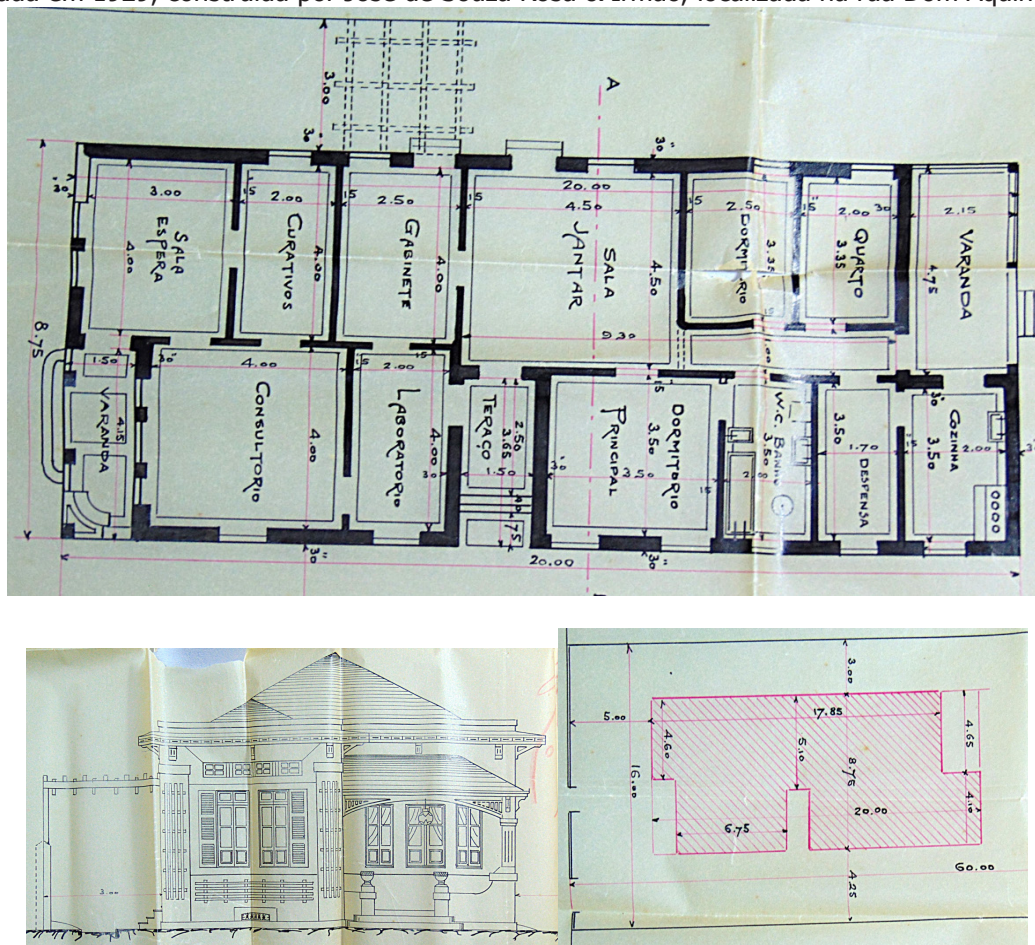
Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

A residência de Alcides Alves da Silva¹² (**Figura 3**), aprovada em 1929, é uma das maiores construções da amostra em termos de área construída e do programa de necessidades. Cerca de um-terço da metragem total não são ambientes domésticos: uma varanda (6m²) localizada na fachada frontal dá acesso a um consultório (16m²), que contém diversos anexos, como sala de espera (12m²), curativos (8m²), laboratório (8m²) e gabinete (10m²)¹³. São cerca de 60m² de área não-residencial destinada a atendimento médico e conjugada à casa: composta de sala de jantar (20m²), três dormitórios (27m², no total), banheiro (7m²), cozinha (7m²), despensa (6m²) e varanda de serviço (10m²) ao fundo da construção.

¹² Também construída por José de Souza Rosa & Irmão. Localizada na rua Dom Aquino.

¹³ O gabinete também tem acesso direto do exterior, através de um pergolado (visível na planta e na elevação frontal).

Figura 3 - ACIMA: planta, ABAIXO: elevação frontal e implantação. Residência de Alcides Alves da Silva, aprovada em 1929, construída por José de Souza Rosa & Irmão, localizada na rua Dom Aquino n. 37.



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

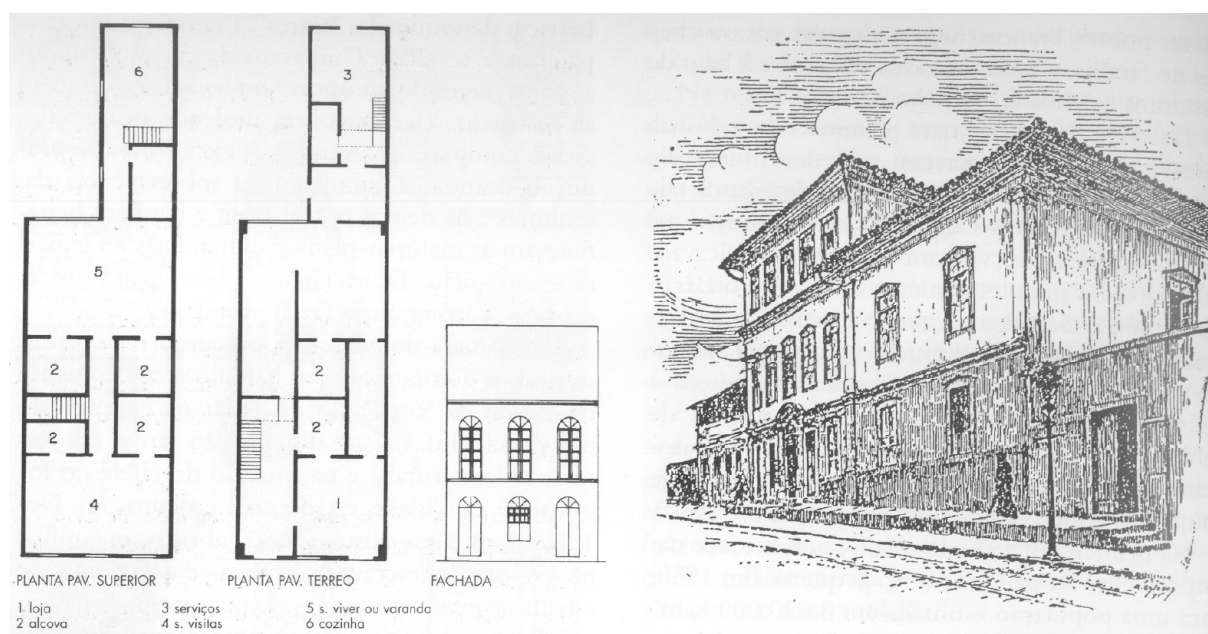
Ao entrar na parte residencial, a sala é o principal articulador dos ambientes domésticos. Pelo interior da casa, o acesso à cozinha ocorre pela sala, ainda que em muitos casos a cozinha esteja aberta para o fundo do terreno, como será apresentado adiante. Um dispositivo que aparece no final dos anos 1920 e que se populariza a partir de 1930 é a copa¹⁴, instância que separa e distancia o espaço sujo e de trabalho da cozinha e o espaço limpo e social da sala (TRAMONTANO, 1998). A copa delimita a transição entre duas zonas: social e serviços.

Por outro lado, a demarcação das zonas social e íntima pode ser variável: foram identificados dois projetos em que o espaço tem uso flexível: “sala de visitas ou dormitório” e “sala de jantar e dormitório”, dependendo, ao que tudo indica, de demandas familiares específicas de quem mora na casa. A privacidade dos quartos depende da posição relativa da zona íntima no arranjo doméstico geral. Como anunciado no tópico anterior, foram identificadas composições

¹⁴ Foram identificados 18 exemplares com copa entre 1928 e 1934.

que coincidem com certo modelo de planta comum desde a época da colônia, cujas características são detalhadas por diversos autores, como Lemos (1976) e Homem (1996). Em resumo, há duas instâncias principais de sociabilidade: uma sala com caráter mais público¹⁵, como primeiro cômodo da casa, junto à calçada; uma segunda sala com uso mais privado, reservada à família, localizada ao fundo da casa. Entre as duas salas, no centro geográfico da construção, encontram-se os dormitórios. Por causa da geometria do terreno residencial urbano colonial (estreito e profundo) e da implantação da construção (sem recuos laterais), esses dormitórios – chamados “alcovas” – não costumavam ter janelas (**Figura 4**).

Figura 4 - plantas, elevação frontal e perspectiva de habitação urbana colonial



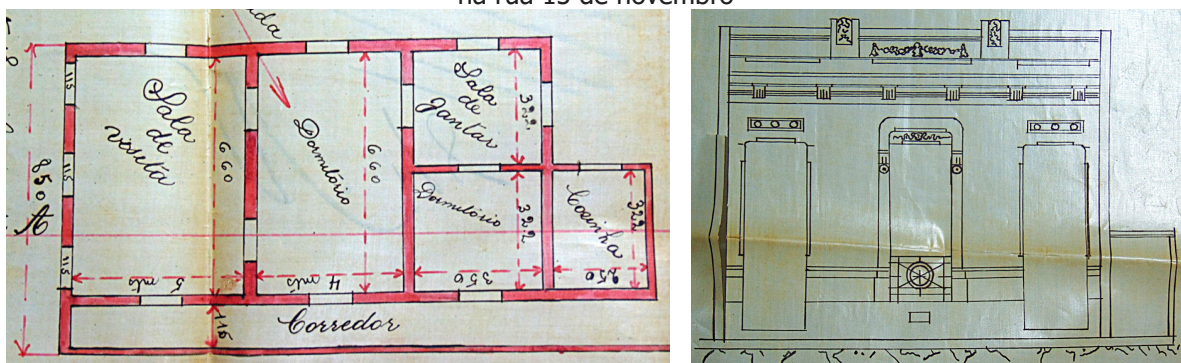
Fonte: (HOMEM, 1996).

Foram identificados 39 projetos com essa configuração (**Figura 5**), que correspondem a cerca de 21% da amostra, com certas particularidades: dormitórios entre as salas, dormitórios entre o comércio (frente) e a sala (fundo) e dormitórios entre sala e cozinha. Porém, o sanitarismo trouxe uma alteração significativa: os quartos não são mais alcovas, eles sempre têm janelas. Isso mostra um descompasso entre o arranjo espacial doméstico ainda influenciado

¹⁵ Essa sala poderia ser um comércio.

por um modelo de planta colonial e importantes renovações na fachada, como a adoção do ecletismo como decoração, como se verá adiante. Plantas com traços coloniais travestidas por um decorativismo típico burguês da *Belle Époque*, ou ainda, o processo de modernização cultural brasileiro e suas contradições. Outras leituras também são possíveis: uma elite econômica e intelectual moradora da cidade no começo do século XX que estava atenta com certas atualizações estéticas originárias da Europa, mas que não abria mão de morar sob modos de vida tradicionais.

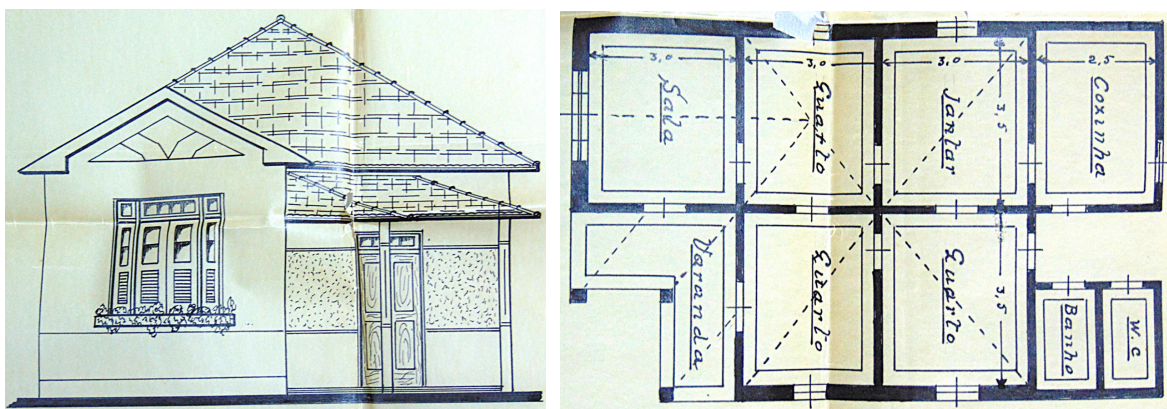
Figura 5 - Planta e elevação frontal de residência, aprovada em 1915, proprietário Vasques & Cia, localizada na rua 15 de novembro



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Há outras soluções típicas da casa colonial urbana, como a ausência de corredores de circulação que dão acesso aos dormitórios: 19 projetos da amostra (cerca de 10%) não tem circulação na zona íntima, ou seja, o acesso aos quartos ocorre por dentro dos próprios quartos (**Figura 6**). A instalação de tais corredores é decorrência de um longo processo de consolidação de noções como privacidade, que durou alguns séculos a partir da Idade Moderna (Rybczynski, 1996). Como é previsível concluir, não é possível manter uma intimidade plena se o quarto é também local de passagem. Isso indica que a natureza da zona íntima de várias residências de Campo Grande de cem anos atrás é bastante distinta dos modos de vida contemporâneos. Há 10 projetos na década de 1930 cujos dormitórios têm três ou quatro portas, o que reforça a inviabilidade de isolamento ou certas condições atuais como, por exemplo, o entendimento do dormitório como o último refúgio da casa.

Figura 6 - Elevação frontal e planta de residência, aprovada em 1934, propriedade de João Leite da Silva, construída por Joaquim Nogueira Pinto, localizada na vila Soares



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Também existem quartos com duas portas, uma interna e outra externa¹⁶, que abre direto para fora da moradia, ou seja, é possível acessá-lo sem entrar pela casa, o que talvez indique alguma autonomia do ocupante desse dormitório com relação aos outros membros da família. Um filho adulto ou um avô aposentado, por exemplo, pessoas mais independentes – do ponto de vista financeiro, inclusive – que não teriam mais que se submeter ao controle do responsável da casa? Dormitórios, no geral¹⁷, são os cômodos mais protegidos da casa, independentemente do arranjo espacial adotado. Sempre existem ambientes que antecedem e controlam o acesso à zona íntima, além da própria sala: vestíbulo, *hall*, *galerie*, corredor, etc.. Portas de dormitórios voltadas para o exterior, no entanto, quebram essa hierarquia e a sequência costumeira para dispor os cômodos.

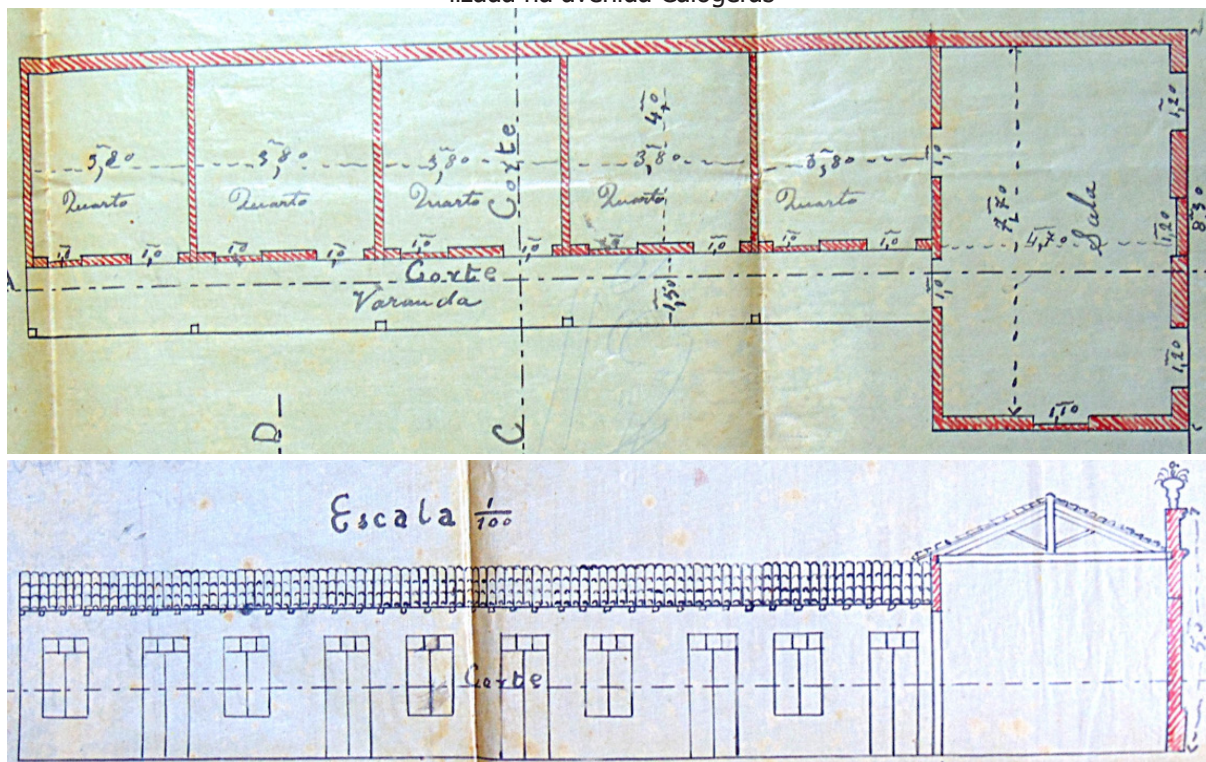
Em certos casos, a justificativa parece certa: existem 14 projetos de habitação coletiva (cerca de 7% da amostra) interpretados por este trabalho como cortiços, vários deles com uma disposição comum em moradias do gênero, encontrada em regiões centrais de metrópoles brasileiras na mesma época, como São Paulo (BONDUKI, 1998) e Rio de Janeiro (VAZ, 2002): ambientes padronizados em termos espaciais, enfileirados perpendiculares à rua, porta e janela dos cômodos voltadas para o recuo lateral (coberto por uma varanda), sem conexão

¹⁶ Foram identificados 20 exemplares do gênero entre as décadas de 1920 e 1930.

¹⁷ Em especial, em projetos habitacionais anteriores à arquitetura moderna.

interna entre eles (**Figura 8**). Esse arranjo configuraria quartos autônomos ou, mais precisamente, unidades habitacionais - informais e precárias - autônomas.

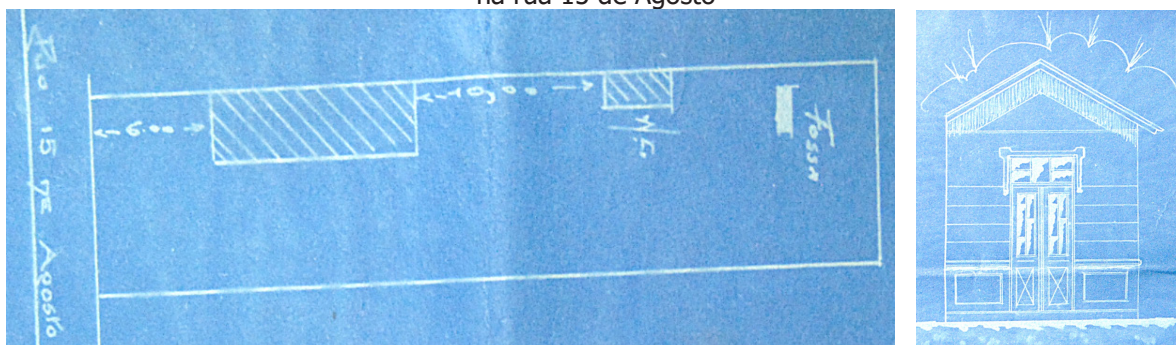
Figura 8 - Planta (acima) e corte longitudinal (abaixo), Habitação coletiva, projeto aprovado em 1928, localizada na avenida Calógeras



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Cortiços apontam a existência de especulação imobiliária. Eles indicam também desconhecimento, incapacidade ou desinteresse das autoridades públicas em condicionar a aprovação das construções ao atendimento de requisitos sanitários básicos. Cada família costuma habitar um único cômodo com usos diversos, sobrepostos e improvisados. Nessas condições, a sociabilidade se prolonga na varanda e no quintal, mas a privacidade fica quase inviabilizada. Tarefas domésticas diárias são prejudicadas, como é possível observar em um projeto de habitação coletiva aprovado pela prefeitura em 1929, construída à rua 7 de Setembro (**Figura 7**): são 9 quartos, no total. Nove famílias diferentes, é provável. Porém, a construção prevê apenas uma sala (15m²), uma cozinha (10.5m²), um único cômodo nomeado como "ban" (banho ou banheiro?) e um único cômodo nomeado como "W.C.". Em termos hipotéticos, se houvesse entre 25 ou 30 pessoas nesse cortiço (pai, mãe e filho em cada quarto), todas elas teriam que compartilhar um único banheiro. As contradições da modernização das cidades

Figura 9 – Implantação e fachada frontal de residência, propriedade de Abílio Fernandes Barbura, localizada na rua 15 de Agosto



Fonte: ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande.

Banheiros juntos do restante da construção começam a ser mais frequentes a partir do final da década de 1920, mas em muitos desses casos, a porta de acesso ainda localizava-se no quintal, ou seja, não havia acesso direto do interior da residência ao banheiro. Dois exemplares da amostra, inclusive, apresentam uma solução intermediária: banheiro com duas portas (uma interna, outra externa). Entre os banheiros com porta e acesso interno à casa (21 exemplares, cerca de 11% do total, que começam aparecer a partir de 1928), quase todos estão localizados na zona de serviços, vizinhos da cozinha. São bastante raros os banheiros que se localizam no corredor dos quartos ou próximos da sala: apenas 6 casas a partir de 1929 (cerca de 3% da amostra). Banheiros suíte identificaram-se apenas dois projetos, um deles a casa de Alcides Alves da Silva, já mencionada aqui. Em ambos os casos há duas portas: uma abre para o interior do dormitório e outra abre para o corredor da zona íntima.

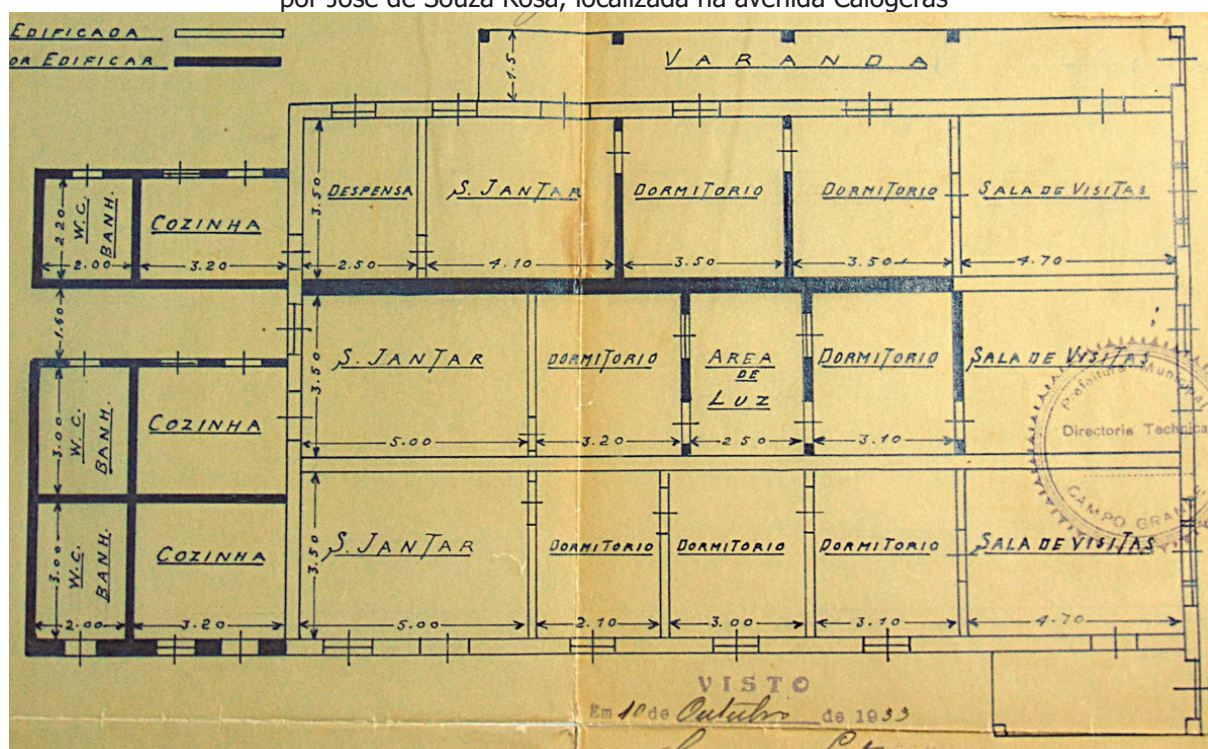
É importante esclarecer que, entre os exemplos mencionados, não é possível ter certeza sobre a condição da pessoa que solicitou aprovação na prefeitura. Não é sabido¹⁸ se o nomeado “proprietário” seria o futuro morador ou apenas um investidor. Por isso, também não é possível concluir se as idiosincrasias dos banheiros e outros cômodos da residência seriam uma demanda doméstica específica da família ou a concepção de produtos imobiliários que tentam mapear, de forma presumível, demandas de um público-alvo, como acontece, ademais, até os dias de hoje.

Contudo, havia um mercado imobiliário constituído em Campo Grande

¹⁸ Isso significa que essa informação excede os objetivos deste artigo e, por isso, não foi aprofundada. Porém, trata-se de uma questão relevante que trabalhos acadêmicos com outros recortes temáticos podem investigar.

desde o início do século XX, não nos termos contemporâneos com empresas profissionalizadas (incorporador, construtor, corretor, etc.), mas investidores individuais (talvez de outros setores da economia) que aportavam recursos financeiros na construção civil e na produção habitacional privada. Foram identificados terrenos com duas habitações, com três habitações (**Figura 10**), com quatro habitações e com casas geminadas, que somam 13 exemplares construídos entre 1928 e 1934 (cerca de 7% da amostra). É importante pontuar que as habitações coletivas mencionadas neste parágrafo não são cortiços, mas unidades completas e autônomas, compostas por sala, quartos, cozinha, banheiro, etc., além de entrada exclusiva ao imóvel.

Figura 10 – Habitação coletiva com três unidades, projeto aprovado pela prefeitura em 1933, construída por José de Souza Rosa, localizada na avenida Calógeras



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Pelos documentos estudados, não é possível confirmar se essas casas foram vendidas ou alugadas. No entanto, no período histórico estudado, não havia políticas públicas para financiar a produção de imóveis residenciais e os bancos privados também não tinham linhas de crédito imobiliário destinadas a empresários do setor (ANITELLI, 2010). Por outro lado, não existia financiamento

regular à população para a compra da casa própria. Por isso – e aguardando futuros trabalhos acadêmicos que investiguem mais esses novos circuitos imobiliários – conclui-se que essas casas foram construídas e alugadas, no contexto que Bonduki (1998) chamou de “rentista”, anterior à constituição de empresas incorporadoras, à profissionalização do mercado e à venda de moradias (ROSSETTO, 2002).

Menciona-se também o curioso caso de uma casa duplicada, com projetos iguais, construídas em terrenos diferentes. A primeira uma “casa econômica”, propriedade de Conceição Mambris, localizada no prolongamento da rua Cândido Mariano; a segunda uma “casa econômica” para Antônio Rodrigues, localizada no prolongamento da rua 13 de Maio. Não apenas o projeto é igual, mas a disposição dos desenhos na prancha também é rigorosamente igual. Ambas foram aprovadas pela prefeitura no mesmo ano: 1932. Desconsiderada uma improvável coincidência, é possível deduzir um interesse em padronizar a construção por questões produtivas e econômicas, estratégia que persiste no século XXI no Brasil inteiro. Não é difícil imaginar as implicações negativas para os profissionais autores de projeto atuantes na cidade à época. Como já mencionado, a primeira regulamentação do trabalho do arquiteto no Brasil ocorreu no ano seguinte, em 1933, através do Decreto 23.569 (PINHEIRO, 1997).

Em termos históricos, a contagem das residências era realizada pela quantidade de “fogos”, ou seja, quando havia cozinha era contada uma unidade habitacional. Logo, esses projetos de habitação coletiva mencionados acima aumentavam não apenas o número de residências, mas também a densidade populacional da região central¹⁹ ao acomodar várias famílias em um mesmo terreno com dimensões padrão. No final do Império e início da República, o cozinhar tinha natureza diversa daquela que há nos dias de hoje, como apontam autores que estudam esse cômodo em uma perspectiva histórica, como Homem (2015). Foram identificadas na amostra 44 residências (cerca de 24%) cujas cozinhas estão abertas para o quintal, sem conexão direta com o interior da casa ou ligada aos ambientes internos por uma varanda. Essa condição mantém uma tradição indígena de cozinhar fora da edificação principal, que os portugueses da colônia não demoraram a entender sua conveniência em um país tropical. Cerca

19 No início do século XX Campo Grande tinha cerca de 2.000 habitantes e cerca de 200 casas segundo Trubiliano e Martins (2008). Ainda segundo dados apresentados pelos autores, havia 5.000 pessoas no município em 1912 e 40.000 pessoas em 1933, ou seja, a população aumentou oito vezes no período estudado. No entanto, a população residente na zona urbana era bem mais modesta: 6.000 pessoas em 1920 e 24.479 pessoas em 1940.

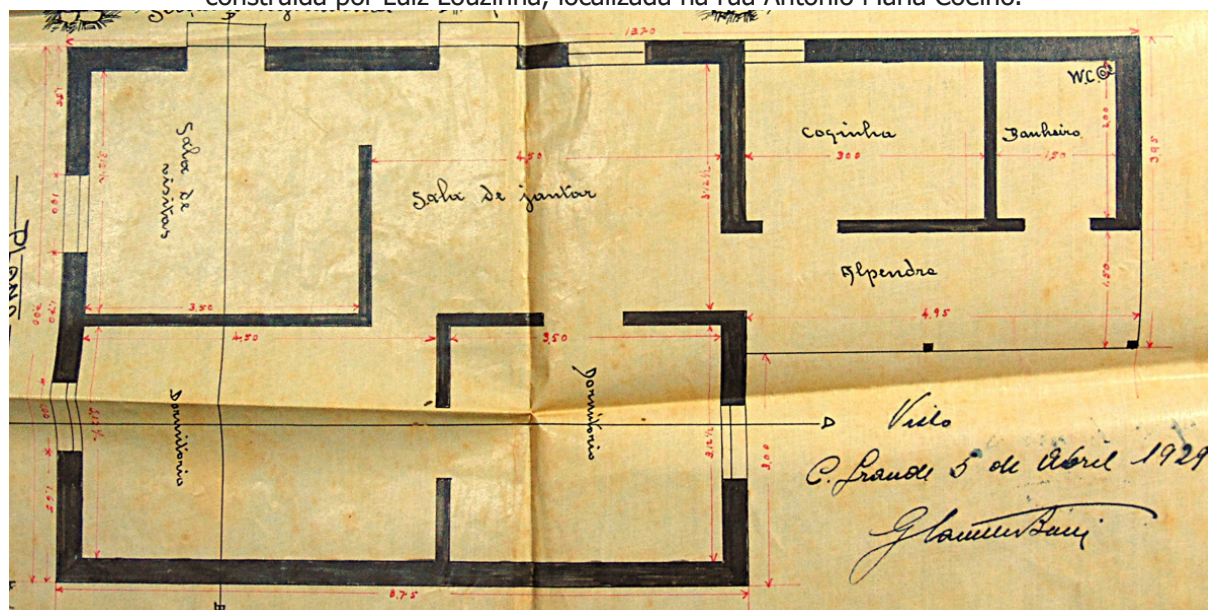
de um-quarto dos projetos estudados tem a cozinha com essas características, uma proporção bastante significativa.

O curioso é que não é progressivo o desaparecimento dessas cozinhas integradas a varandas e ao quintal. A metade dessas cozinhas foi concebida entre os anos 1932 e 1934, ou seja, no final do período estudado. Pesquisas futuras com recortes cronológicos em épocas subsequentes podem verificar quando essa disposição não foi mais popular em Campo Grande. É provável que esse processo coincida com o desenvolvimento tecnológico dos instrumentos domésticos, como liquidificadores, batedeiras, processadores, etc., além do fogão elétrico substituir o fogo à lenha. O impacto da popularização do detergente e outros facilitadores do cotidiano familiar, por exemplo, já foi estudado por autores que abordam a história da arquitetura, como Banham (2006). Nos anos 1930 surge uma opção que parece intermediária: cozinha com duas portas - uma abre para o interior da casa, outra abre para o exterior (varanda ou quintal).

Outro elemento bastante comum nos exemplares estudados é a varanda, que se constitui como uma instância de transição entre interior e exterior. Foram identificados 58 projetos residenciais com varandas, de diferentes desenhos, funções e localização, que correspondem a cerca de 32%. Um-terço do total é um número bastante significativo, visto que à época se consolida a estética de matriz eclética para decorar as fachadas, o que provoca, em tantos casos, telhados escondidos por causa da adoção da platibanda e a ausência de varandas que remetiam a uma condição colonial.

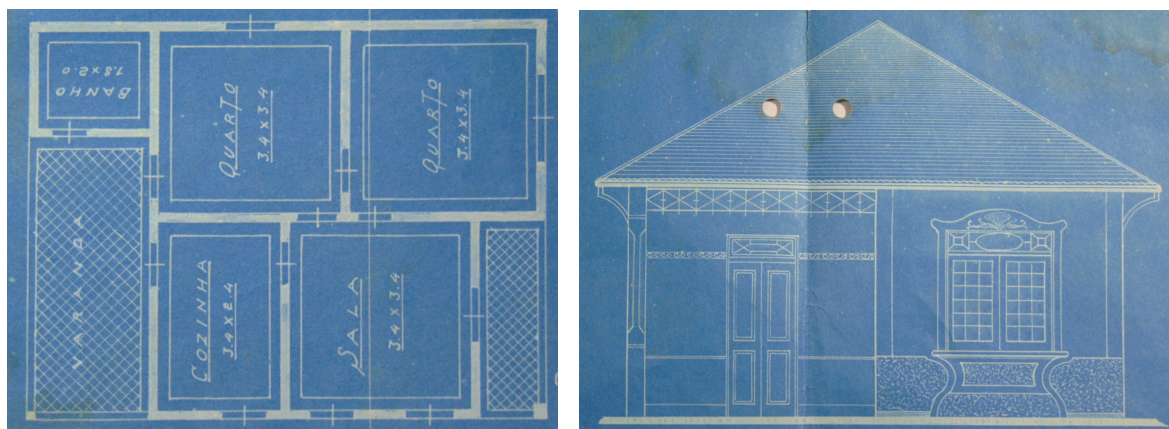
Entre as casas avarandadas, cerca de 55% delas (32 exemplares) estão localizadas na fachada de frente para a rua, como entrada coberta da residência, anterior à sala. Cerca de 6% delas (4 exemplares) estão localizadas na fachada posterior, no fundo da casa, junto da cozinha (**Figura 11**). As primeiras teriam uma conotação mais social, as segundas seriam mais utilizadas como serviço e área de convívio familiar. Cerca de 37% delas (22 exemplares) têm duas varandas, uma à frente da construção, outra ao fundo da construção (**Figura 12**). O termo “varanda” foi utilizado porque é o mais comum, mas talvez seja conveniente consultar um clássico dicionário de arquitetura e distingui-la do “alpendre”.

Figura 11 - Planta de residência, aprovada pela prefeitura em 1929, propriedade de Alberto de Castro, construída por Luiz Louzinha, localizada na rua Antônio Maria Coelho.



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Figura 12 – Planta e elevação frontal de residência, aprovada pela prefeitura em 1933, propriedade de Juvenal Ribeiro, construída por José de Souza Rosa, localizada na avenida Afonso Pena n. 188, bairro Amanbahy



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

Segundo Corona e Lemos (1972, p. 32 e 36), alpendre seria “todo teto suspenso por si só ou suportado por pilastras ou colunas. (...) Vulgarmente pensa-se que alpendre seja o recinto abrigado anterior à porta”; continua adiante: “Em nossas antigas residências, também servia o alpendre para separar e categorizar os indivíduos. Era no alpendre que o fazendeiro ou senhor, recebia agregados ou escravos da lavoura”; ou ainda: “A palavra ‘varanda’ é empregada comumente para designar grande alpendre”. Classificado nesses termos, o espaço coberto

da frente da casa identificado na amostra parece mais um alpendre, entendido aqui como espaço formal de entrada, mas também como barreira para atender eventuais pessoas estranhas à casa, ainda que muito diferentes daqueles exemplos mencionados pelos autores.

Por outro lado, os autores também definem varanda: “a palavra designa o alpendre grande e profundo, muito comum nas casas antigas, onde se tomavam as refeições e onde se passava o dia”, apresentando sinônimos: “O mesmo que sacada, ou balcão, especialmente alpendrado, eirado, terraço”(LEMOS e CORONA, 1972, p. 468). Essas definições parecem mais adequadas para as coberturas do fundo identificadas na amostra.

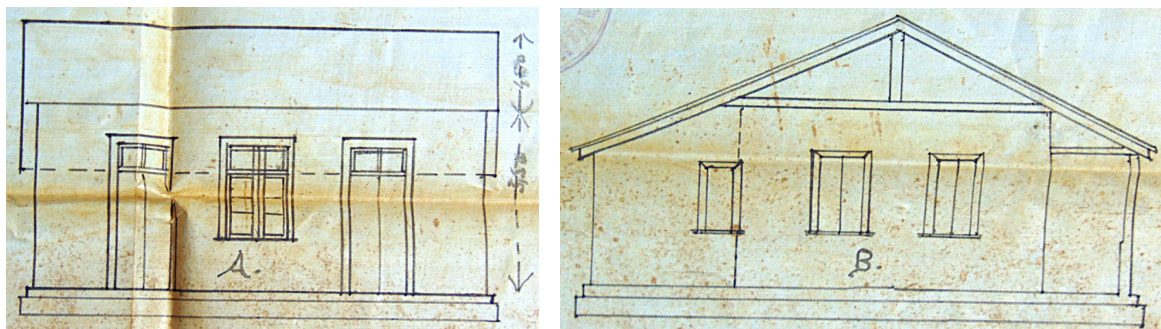
Essa porosidade da construção e sua relação mais direta com o terreno parecem ser um fator importante para definir a disposição dos cômodos e a implantação da construção no lote. Vários ambientes com aberturas dúbias – para dentro e para fora – já foram mencionados neste trabalho: o dormitório, a cozinha, o banheiro e a varanda. A relação com as áreas externas também é funcional pois, em tantos casos, parte da propriedade era utilizada para cultivo de hortaliças e criação de animais, como suínos e aves. Esses alimentos eram parte da dieta alimentar das famílias. O tamanho do terreno indica a presença dessas pequenas atividades agrícolas. A maioria das pranchas da amostra não tem desenho de implantação, por isso, nesses casos, não é possível saber o tamanho exato do terreno. Porém, há diversos terrenos com metragens muito superiores à média atual: 20x40 metros, 16x60 metros, etc.. Nota-se também que a taxa de ocupação é bem menor que a usual nos dias de hoje, ou seja, a área não edificada (e permeável) que sobra, é muito provável, gerava insumos alimentares domésticos.

Fachadismos e decoração

Uma parte das residências da amostra (24 delas, cerca de 13%) possui fachada com disposição tradicional, mas quase sem decoração (**Figura 13**). A ausência de elementos decorativos desses exemplares, ressalta-se aqui, não é uma consciência das novas possibilidades estéticas advindas da arquitetura moderna. Elas têm pouca – ou quase nenhuma – decoração por causa de suas dimensões modestas, de sua simplicidade construtiva, dos objetivos do

empreendimento imobiliário ou do público-alvo. São construções feitas por (ou para) um público com poucos recursos financeiros, como é possível se deduzir pelo programa de necessidades enxuto.

Figura 13 – Elevação frontal e lateral de residência, aprovada pela prefeitura em 1916, propriedade de Henrique A. P. Correa, localizada na rua Cândido Mariano n. 19 esquina rua Santo Antônio



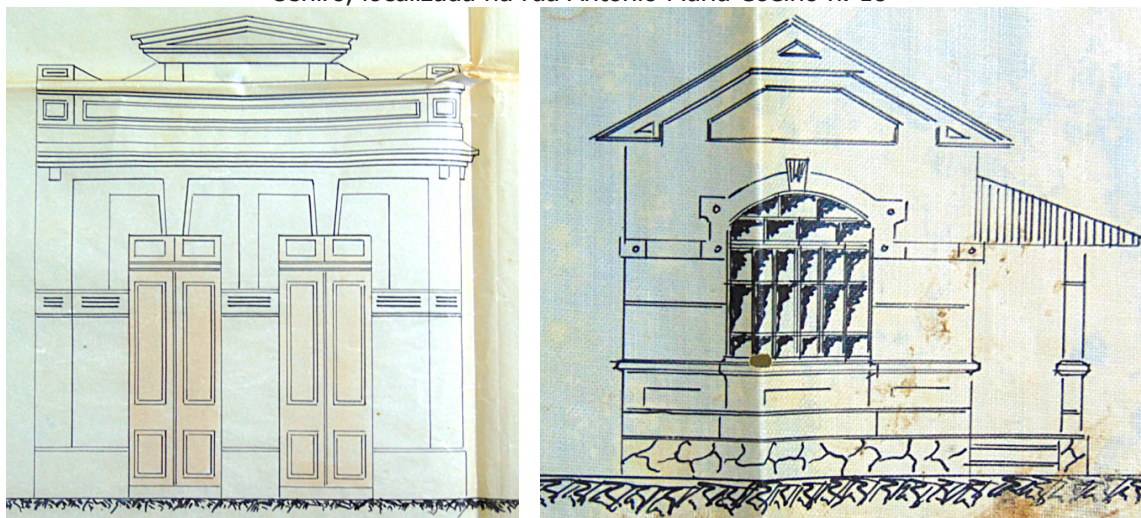
Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

No entanto, a grande maioria das residências identificadas pertence ao ápice da cultura eclética, o que resulta em elementos decorativos variados, como acrotério, agulha, almofada, ameia, arco, azulejo, balaustre, bossagem, cachorro, capitel, coluna, console, cornija, cunhal, estria, floreira, friso, frontão, guarnição, guirlanda, gota, lambrequim, medalhão, mísula, moldura, óculo, parapeito, pedestal, pedra, pérgola, pilastra, pináculo, platibanda, sacada, tijolo, tímpano, tríglifo, vaso, vegetação, voluta, etc., cujas definições podem ser consultadas no - já mencionado - dicionário de arquitetura (LEMOS e CORONA, 1972). Todos eles poderiam ser classificados como parte desse repertório eclético. A partir das últimas décadas do século XIX, em muitas regiões do mundo ocidental em que o progresso material chegou, começou-se a utilizar elementos historicistas sem tanto rigor compositivo, como havia feito, por exemplo, a arquitetura neoclássica ou renascentista. Outra característica do ecletismo é a mistura de elementos de matrizes estéticas diferentes na mesma edificação.

É possível identificar diálogos com diversas vertentes estilísticas, como o neoclássico (**Figura 14**), estabelecido no Brasil desde a primeira metade do século XIX e a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro; o romântico, em exemplares da amostra nomeado como “chalet” (**Figura 14**), sempre com

a cumeeira do telhado perpendicular à rua e com as águas aparentes, sem platibandas; o neocolonial, que resgata o repertório formal de construções do Brasil Colônia e introduz certos elementos decorativos na fachada (**Figura 15**) ; o art nouveau, primeiro estilo arquitetônico que busca romper – ao menos no discurso – com formas historicistas, predominando arranjos compositivos curvilíneos e florais (**Figura 15**); entre outros²⁰.

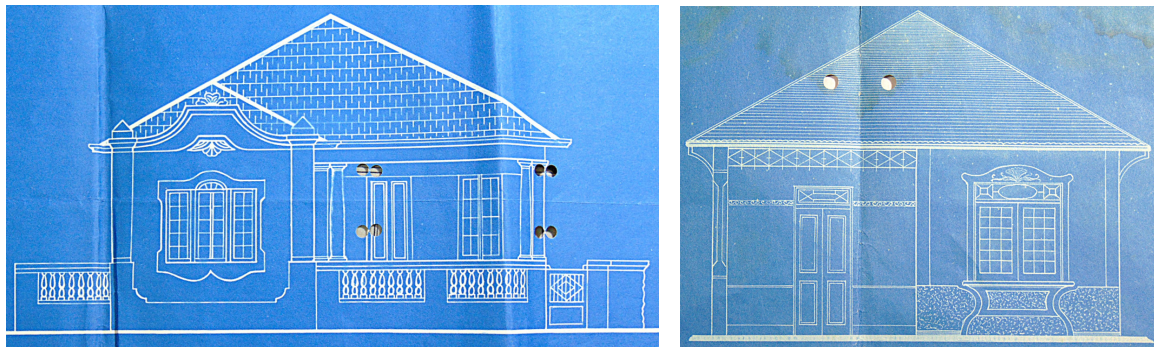
Figura 14 - ESQUERDA: fachada frontal, projeto de uso misto (comércio e residência), aprovada pela prefeitura em 1933, propriedade de Nicola Carato, localizado na rua Dom Aquino; DIREITA: fachada frontal de residência, nomeada como “chalet” no projeto, aprovada pela prefeitura em 1927, propriedade de Ushi Oshiro, localizada na rua Antônio Maria Coelho n. 18



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

²⁰ As características desses estilos podem ser estudadas em diversos autores: neoclássico e romântico (LEMOS, 1985), neocolonial (PINHEIRO, 2012), art nouveau (SEMBACH, 2007).

Figura 15 - ESQUERDA: fachada frontal, projeto de residência, aprovada pela prefeitura em 1931, projeto do engenheiro civil Amélio Baís, propriedade de Sebastião I. de Souza, localizado na rua 15 de Novembro; DIREITA: fachada frontal, projeto de residência, aprovada pela prefeitura em 1933, propriedade de Juvenal Ribeiro, projetada pelo engenheiro agrimensor Generoso Leite, construída por José de Souza Rosa, localizado na avenida Afonso Pena n. 188, bairro Amambahy.



Fonte: ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande.

Há também diversos exemplares art déco: 9 projetos no total, construídos entre 1932 e 1934, o que corresponde a cerca de 10% das residências desses anos. De acordo com a amostra, começa a se popularizar em Campo Grande a partir da década de 1930. Apesar das decorações ainda presentes, não seria descabido considerá-lo como uma transição entre o ecletismo e o moderno, por causa da simplificação, da geometrização e da tendência de abstração das formas propostas pelo art déco²¹. Entre eles, há um exemplar que é considerado por este trabalho como um prelúdio da arquitetura moderna (**Figura 16**). Trata-se de uma nomeada “casa econômica”, propriedade de Antônio Fernandes, aprovada pela prefeitura em 1934, localizada na rua 13 de Maio. Não existem traços de estilos historicistas, as fachadas (frontal e lateral) dialogam com proposições contemporâneas à concepção do projeto.

A primeira construção moderna no Brasil, como é sabido, foi a casa da rua Santa Cruz, na vila Mariana, em São Paulo, projetada em 1927 por Gregori Warchavchik (LIRA, 2013)²². Na capital paulista, além do arquiteto russo, apenas outros dois profissionais projetaram obras modernas até o início dos anos 1930:

²¹ Características do estilo art déco, inclusive sua vertente marajoara, popular no Brasil, podem ser estudadas em Dias (2023).

²² Ainda que a estação de trem de Mairinque, projetada em 1906, por Victor Dubugras, tenha aspectos modernizantes. O título do livro de Reis Filho (2005) aponta que o arquiteto francês teria sido o “precursor da arquitetura moderna na América Latina”.

Rino Levi e Flávio de Carvalho²³. No Rio de Janeiro, além da experiência pioneira dos Irmãos Roberto na sede da ABI²⁴, as primeiras manifestações modernas se concretizaram com o próprio Warchavchik, construindo algumas residências em parceria com Lúcio Costa, além da equipe responsável por desenvolver o projeto do Ministério da Educação e Saúde, guiada por Le Corbusier (HARRIS, 1987). Além desse brevíssimo panorama, há raros outros exemplares, como a atuação de Luis Nunes em Pernambuco.

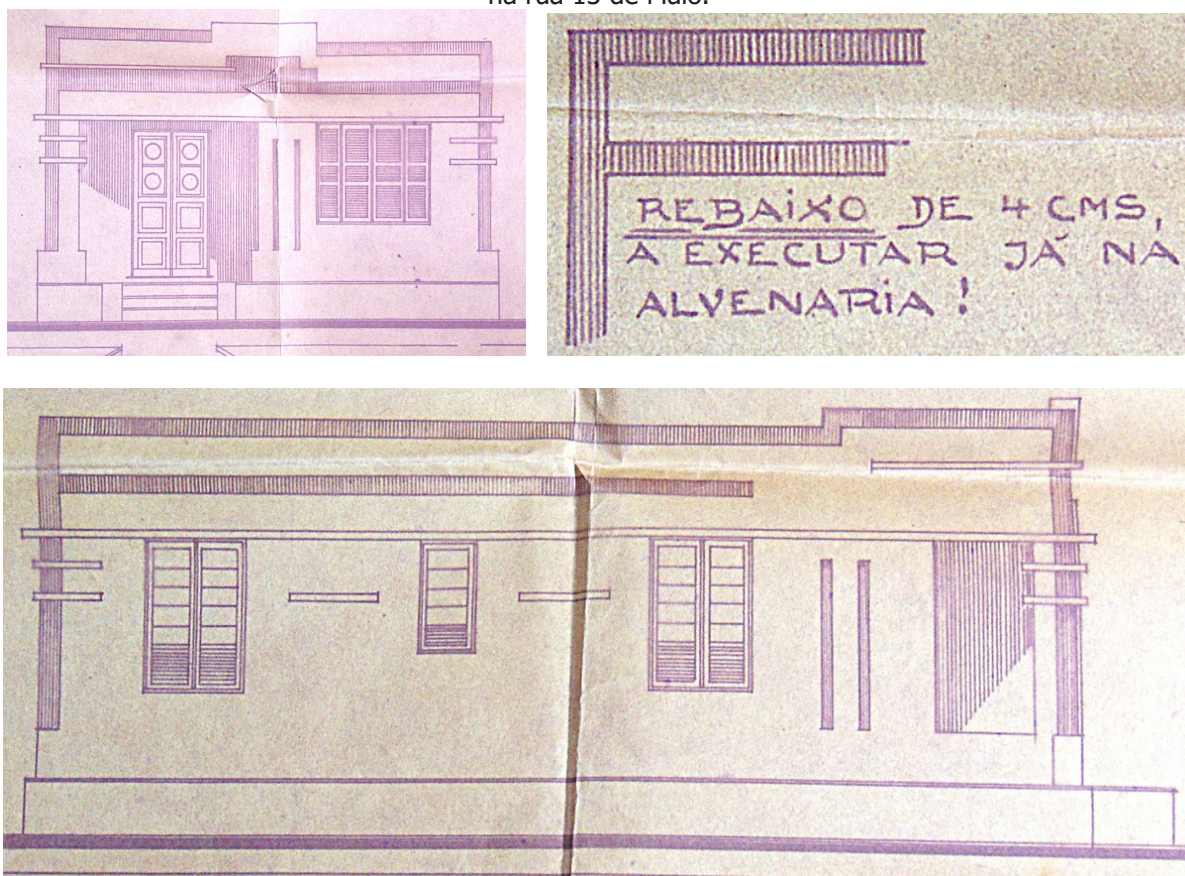
A casa econômica propriedade de Antônio Fernandes não dialoga com essas manifestações, mas se aproxima das predileções art déco. O desenho da fachada – em especial o coroamento – é levemente assimétrico, o que destoa da matriz clássica; fachada com arquétipos românticos costumam ser assimétricas, mas aqui o telhado está escondido atrás da platibanda (tal como na pioneira casa de Warchavchik); o resultado estético é cúbico, geométrico e abstrato, mas não pode ser aproximado da arquitetura moderna realizada, por exemplo, na Alemanha no pós-Primeira Guerra, pois o desenho da casa de Campo Grande é apenas decorativo.

No entanto, há um detalhe construtivo que destoa das estratégias utilizadas em casas ecléticas do período. A decoração eclética costumava ser aposta à fachada, ou seja, paredes de alvenaria rebocadas com argamassa de revestimento, mais decoração (por cima); já na prancha de aprovação na prefeitura da casa propriedade de Antônio Fernandes há um informe aos responsáveis pelo canteiro de obras: “rebaixo de 4 cms, a executar já na alvenaria” (**Figura 16**). Dessa forma, é o desalinhamento dos próprios planos verticais que constituem a dinâmica plástica da fachada. Não existem mais objetos sobrepostos, como se observa nos desenhos de elevação, ainda que o resultado – e o objetivo do autor – seja decorativo. São os elementos da própria construção, paredes nesse caso, que definem o design da edificação. Considera-se isso um indício de modernidade.

²³ Seguidos por Oswaldo Bratke e Eduardo Kneese de Mello nos anos subsequentes.

²⁴ Associação Brasileira de Imprensa.

Figura 16 - ACIMA: fachada frontal (esquerda) e detalhe construtivo (direita), ABAIXO: fachada lateral: projeto de "casa econômica", aprovada pela prefeitura em 1934, propriedade de Antônio Fernandes, localizado na rua 13 de Maio.



Fonte: ARCA - Arquivo Histórico de Campo Grande.

CONCLUSÕES

As construções estudadas aqui praticamente não existem mais. Elas desapareceram por causa do desinteresse pela cultura material da cidade, além do desenvolvimento das forças capitalistas e do mercado imobiliário, com o conseqüente aumento da densidade construtiva permitida e a construção de novas edificações verticalizadas no lugar. A arquitetura, como registro dessa cultura material, é uma fonte preciosa para estudar a história de uma civilização. Como as construções não existem mais, a documentação de projeto torna-se uma maneira de estudá-la. A primeira conclusão é a importância de valorizar arquivos públicos que detêm acervos do gênero e a elaboração de políticas públicas para organizar e publicizar o material.

Talvez o principal mérito deste trabalho foi ter identificado similaridades dos arranjos espaciais de habitações em Campo Grande com aqueles existentes

em outras regiões brasileiras. Ainda que as temporalidades sejam outras e as adaptações sejam necessárias, foram observados na amostra aspectos do modelo de planta de casas urbanas do Brasil colonial e do modelo de planta burguês europeu consolidado no século XIX. Estudar esses projetos entre 1915 e 1935 permitiu visualizar certas tradições domésticas seculares que conviviam com modernizações pontuais, na mesma época em que o país tinha transformações estruturais, como a recém proclamada República e o fim da monarquia, a estruturação de um Estado burguês liberal com todas as suas contradições e o início do governo autoritário de Getúlio Vargas.

Também constatou-se a atuação de um incipiente mercado imobiliário e a existência de especulação imobiliária. Nesse contexto, não se trata mais de pessoas que constroem sua própria residência, mas indivíduos que estabelecem uma provisão imobiliária privada e oferecem unidades habitacionais no mercado rentista, como aventado aqui. Importante mencionar que, dentro dessa produção de viés mais empresarial, foram identificadas construções precárias, como cortiços. Pelos projetos se nota a desigualdade social da época, ao comparar residências com programa de necessidades extenso, como a casa de Alcides Alves da Silva, que pertencem a profissionais liberais bens estabelecidos que, nos dias de hoje, seriam chamados de classe média alta; até cômodos mínimos que abrigam famílias inteiras em construções precárias com banheiro compartilhado por muitas pessoas.

A grande particularidade é que praticamente todas essas pessoas moravam na região central de Campo Grande, independente da renda ou classe social. Essa condição não tornava a relação menos desigual, mas forçava a proximidade geográfica e convivência, no mínimo, enquanto o território ocupado não era expandido por novos loteamentos e não se consolidava um zoneamento funcional.

Referências

ANITELLI, Felipe. **Como nasce um modelo: o projeto de apartamento na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

BANHAM, Reyner. **Teoria e projeto na primeira era da máquina**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950**. São Paulo: Rima, 2005.

DIAS, Diego Nogueira. **O estilo sob suspeita: tradição e modernidade em Archimedes Mémória e Lúcio Costa**. Tese (doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HARRIS, Elizabeth Davis. **Le Corbusier: riscos brasileiros**. São Paulo: Nobel, 1987.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Cozinha e indústria em São Paulo: do rural ao urbano**. São Paulo: EDUSP, 2015.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete paulistano – e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira – 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1990.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LE CORBUSIER. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LEMOS, Carlos. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LEMOS, Carlos. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEMOS, Carlos. **Cozinhas, etc. – um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIRA, José. Gregori **Warchavchik: fraturas da vanguarda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

NOMADS.USP. **97_07: dez anos de morar urbano no Brasil**. Relatório de pesquisa. São Carlos: IAU-USP, 2007. Disponível em: http://www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/97_07final.pdf. Acesso em: 24 setembro 2014.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Modernizada ou moderna? – a arquitetura em São Paulo, 1938-45**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio: debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

PINHO, Ângela. **Conexão: apartamentos e mídias em Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

QUEIROZ, Fábio Abreu de. **Apartamento modelo: arquitetura, modos de morar e produção imobiliária na cidade de São Paulo. 2008**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

REIS Filho, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

REIS Filho, Nestor Goulart. **Victor Dubugras: precursor da arquitetura moderna na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2005.

REQUENA, Carlos Augusto Joly. **Habitar híbrido: interatividade e experiência na era da cibercultura**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-omega, 1976.

ROSSETTO, Rossella. **Produção imobiliária e tipologias residências modernas, São Paulo, 1945/1964**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil, 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SEMBACH, Klaus Jurgen. **Arte nova**. Taschen, 2007.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TRAMONTANO, Marcelo. **SQCB: apartamentos e vida privada na cidade de São Paulo**. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

TRAMONTANO, Marcelo. **Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo, Tokyo: uma reflexão sobre a habitação contemporânea**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS Junior, Carlos. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. **Revista de História Regio-**

nal, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 246-262, inverno 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2277/1764/6224>. Acesso em: 27 fevereiro 2025.

VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

VILLA, Simone. **Apartamento metropolitano: habitações e modos de vida na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

WEINGARTNER, Gutemberg. **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Agradecimento

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande (MS).